**NOME:**

**Nº USP:**

**E-MAIL:**

Leia atentamente o texto abaixo:

“O Tribunal de Contas da União (TCU) é uma instituição brasileira prevista na Constituição Federal para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Auxilia o Congresso Nacional no planejamento fiscal e orçamentário anual.

Tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, seja de direito público ou direito privado, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU. Conforme o art. 71 da Constituição Federal o Tribunal de Contas da União é uma instituição com autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

O entendimento majoritário no mundo jurídico é no sentido de o tribunal não estar ligado diretamente a nenhum poder, o que faz com que seja um órgão independente. Sua independência é comparada à do Ministério Público, um órgão que não está ligado a nenhum poder e exerce sua função constitucional. No entanto, esse não é um tema pacífico, e alguns poucos autores entendem que o Tribunal de Contas é um órgão integrante do Poder Legislativo”.

À luz dos **elementos mencionados no conteúdo acima e dos conceitos tratados em aula**, responda de maneira fundamentada:

1. É possível qualificar a atividade exercida pelo Tribunal de Contas como jurisdicional? (1,0)

**Resposta:**

2. É possível aplicar ao Tribunal de Contas os critérios de determinação de competência do Poder Judiciário? Em caso positivo, quais seriam os critérios determinantes de sua competência? (1,0)

**Resposta:**

3. Que razões justificariam dizer que o Tribunal de Contas poderia ser um órgão integrante do Poder Legislativo? (1,0)

**Resposta:**

4. Seria possível incluir o Tribunal de Contas como integrante da Administração (no texto, da União)? (1,0)

**Resposta:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Sobre as teorias do direito de ação, responda de forma fundamentada:

5. Se a Constituição Federal não estabeleceu condições para o exercício do direito de ação, são constitucionais as disposições legais que exigem a legitimidade e o interesse para tanto? (1,0)

**Resposta:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

6. Considerando a importância da narrativa dos fatos para o autor e para o réu, explique, de forma objetiva (um ponto cada):

A - os limites e responsabilidades das partes nessa narrativa;

**Resposta:**

B - as vantagens que o autor possui frente ao réu, se um determinado fato constitutivo for omitido;

**Resposta:**

C - o ônus da impugnação especificada;

**Resposta:**

D - a possibilidade de alteração dos fatos pelas partes ao longo do processo;

**Resposta:**

E - o reflexo da superveniência de fato novo.

**Resposta:**